

NA AMAZÔNIA

Ação do Cimi objetiva controle pela Igreja

"Ações como a do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, estão paralisando o desenvolvimento do setor de mineração no Brasil, em particular na Amazônia, ao mesmo tempo em que favorecem grupos internacionais. A opinião é do geólogo João Orestes, ressaltando que o órgão "pode estar exercendo esta ação de forma inconsciente", mas ao mesmo tempo indaga:

— Em todos os países é comum a exploração das riquezas minerais em terras indígenas. Porque a Igreja está com este esquema de proteção mineral só no Brasil?

E o próprio geólogo responde: "porque assim está dando vantagens aos grupos estrangeiros que não querem o avanço do Brasil no campo mineralógico.

DENÚNCIAS

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Geologia, João Orestes Schneider Santos, se posicionou, ontem, quanto à série de reportagens que está sendo publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, e transcrita pela "A Crítica", que denuncia a intromissão de um movimento popular austríaco dentro da Assembleia Nacional Constituinte, na questão indígena brasileira.

Segundo a matéria, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, está envolvido em uma campanha internacional para separar parte da Amazônia, do Brasil, beneficiando empresas de mineração estrangeiras. O geólogo não acredita que haja este interesse por parte do CIMI, em beneficiar minerações, sejam elas brasileiras ou não. O que existe, no seu ponto de vista, é um desejo de emancipar as reservas indígenas, a fim de se criar um novo país, sobre o controle da Igreja, ou de um segmento da Igreja.

João Orestes coloca que tal posição foi tirada da própria filosofia do CIMI, que visa evitar a ação das empresas capitalistas na Amazônia, a fim de preservar os recursos minerais para um futuro, quando o sistema governamental for mais preocupado com o social, "estando mais voltado para o socialismo; daí eu pergunto: onde entra o índio nesta estória?

Talvez, quando chegar este regime, não haja nenhum índio para aproveitar os recursos existentes em suas terras", indaga ele, argumentando que o Conselho Indigenista Missionário está mais preocupado com as riquezas existentes em área indígena, do que com os problemas básicos do índio.

Como exemplo de tal afirmativa, João Orestes diz que, no alto rio Negro, está concentrado o maior índice de mortalidade provocado por tuberculose, que por sua vez é gerado pela desnutrição. "Isto, a Igreja não denuncia, e o que é pior, não oferece tratamento para este povo, o CIMI está fora da realidade".

Ele ainda afirma que o maior fator de desagregação do índio é a ação da Igreja católica e prestatante nas áreas indígenas, uma vez que a maior parte da cultura indígena tem a conotação religiosa do próprio índio e o missionário entra impondo uma religião que, no seu ponto de vista, é, acima de tudo, uma agressão à Carta Universal dos Direitos Humanos, que prevê o livre credo a toda e qualquer civilização. "Muitas vezes propomos ao CIMI um acordo, que abandone as reservas indígenas, ao mesmo tempo que nós, geólogos, mineradores e empresas, também sairemos de suas áreas, pois se nós provocamos uma alteração na cultura indígena, eles também o fazem", afirma.

"DEPENDE DA MINERAÇÃO

João Orestes afirma que a atividade de mineração não é o grande apregoado pela Igreja, trazendo inúmeros benefícios, principalmente, para as populações da região amazônica que dependem muito da mineração, "com exceção de Belém e Manaus, ou seja: todo o interior da Amazônia possui suas concentrações populacionais ligadas à atividade mineral. Pitinga, por exemplo, envolve cinco mil pessoas neste trabalho, sendo que todo o desenvolvimento do município de Presidente Figueiredo é em função disto".

Para ele, o que se deve ter consciência é que a mineração é a atividade lucrativa predominante na região, sendo que até hoje foram in-

vestidos milhões em agricultura e agropecuária, tendo um retorno muito pequeno em termos de lucro.

O geólogo disse, também, que a classe defende a exploração de minério em área indígena e, para isto, propõe que a mesma seja desenvolvida em áreas onde os índios estejam aculturados, sendo regida por uma legislação específica, "que acima de tudo vai assegurar a sobrevivência desta comunidade, que começa a se preocupar com o envolvimento com o mundo capitalista e, para satisfazer estes interesses, o índio precisa gerar recursos, e isto só é conveniente através do extrativismo mineral, uma vez que a agricultura não é indicada. A mineração ainda traz a vantagem de preservar o equilíbrio ecológico, considerando que o desmatamento é mínimo", explica.

AMPLIAÇÃO DE RESERVAS

Na oportunidade, o geólogo comentou sobre as ampliações das reservas indígenas, que estão acontecendo, segundo ele, sobre a pressão da Igreja e que estão sendo utilizadas para acusar a Funai de vender áreas indígenas. "Esta denúncia está totalmente fora da realidade", diz João Orestes, argumentando que tais ampliações estão sendo feitas em função dos recursos minerais e em áreas onde não existe índio. "A reserva atinge até um certo ponto, quando é autorizada pesquisa na área o CIMI solicita a ampliação da reserva e invade a parte que foi cedida às empresas para pesquisa".

Ele explica, demonstrando num mapa, que a área Yanomami já aumentou cinco vezes. O CIMI entrou com pedido e ganhou a área de Santa Rosa, no rio Uraricaá, onde está concentrada a maior produção de ouro de Roraima, 500 quilos em média, e não há índio na região. Entretanto, no Igarapé de Inajá, onde se concentra a maior população indígena Yanomami, cerca de 30 malocas não constam do mapa da Comissão pela Criação do Parque Yanomami. "Tudo isto nos leva a crer que os missionários estão mais preocupados com as riquezas minerais existentes nas áreas indígenas do que com o próprio índio", conclui.

Plurietnia é regime fascista

"A Amazônia é o último lugar onde poderia acontecer uma coisa dessas, porque nunca teve governo e falta poder aos governos estaduais". A declaração é do presidente da Associação dos Garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado, ao mostrar-se surpreso com as denúncias de "O Estado de São Paulo" sobre o envolvimento do Conselho Indigenista Missionário com grupos estrangeiros, com o objetivo claro de transformar o Brasil numa nação plurietnia.

Na opinião de José Altino, esse é um tipo de ação bem própria dos fascistas que dividem a vida por raças, como os austríacos, cujo presidente Kurt Waldheim, que tem entrada proibida nos países da Europa.

Para demonstrar a falta de poder dos governantes estaduais da Amazônia, Altino Machado exemplifica que em toda a região incidem leis federais muitas das vezes feitas para atender determinados grupos de lobby da corte de Brasília. Ele mostra que o Brasil, por

exemplo, para conseguir recursos junto a organismos como o Bird sujeita-se a permitir intromissão estrangeira nos assuntos que dizem respeito ao povo brasileiro.

Outro fato destacado por José Altino é o de que a Amazônia é de todo mundo, até mesmo do Brasil, mas não é do governo federal, novamente exemplificando que missões estrangeiras, os Jacques Costeau da vida, têm entrada no Brasil e na Amazônia com a maior facilidade, em função de acordos com os quais o país concorda e assina.

José Altino Machado entende que para coibir esses abusos em áreas indígenas, a Funai deveria baixar uma portaria para que o trabalho missionário de religiosos só fosse permitido por brasileiros com cursos superiores em ciências médicas e antropológicas. Basta limitar o serviço missionário a esse pessoal e estará terminado o problema, diz Altino, acrescentando que não há necessidade de poli-

tizar o índio, e que é isso que essas missões estrangeiras vêm fazendo.

O presidente da Associação dos Garimpeiros da Amazônia volta a lembrar a missão histórica dos constituintes brasileiros na defesa da nação e em particular da Amazônia, voltando a sugerir que o melhor caminho é tornar a Amazônia um Estado constitucional incluso na nova Carta Magna — a consequente criação do Ministério da Amazônia, ao qual caberia legislar sobre a região, dentro de sua realidade.

José Altino Machado também mandou um recado para o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, para que entenda que é um constituinte brasileiro e a partir do momento em que admite que a Constituinte correu riscos foi porque ela já foi agredida, isto é, já deixou de existir em sua plenitude.

Para ele, a série de denúncias de "O Estado", se não degradingar para interesses particulares, será uma grande lição para os brasileiros".